

O sangue das ruas. Sobre agência e normatividade na mobilização política de pessoas em situação de rua¹



TIAGO LEMÓES

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v24i24p315-336

resumo A partir de experiências etnográficas em espaços de organização política e reivindicação de direitos, discutirei neste artigo a construção de elementos diacríticos mobilizados por integrantes do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR-RS), destacando a dimensão da *agência* contida na relação dos sujeitos com instituições e agentes estatais e não estatais envolvidos na mobilização política. O destaque será dado para a dinâmica com a qual os militantes do MNPR-RS classificam diferentes agentes de interlocução a partir da manipulação das narrativas que envolvem a “experiência das ruas”, acionando discursos que ora positivam essa experiência, ora expõem sua dimensão perversa, de acordo com os agentes e as intenções em jogo, movimentando, também, determinadas práticas, saberes e proposições que perpassam essas arenas de mobilização e reivindicação.

palavras-chave Experiências de rua; Normatividade estatal; Relações de poder; Mobilização política; Agência.

The blood of the streets: agency and normativity in political mobilization of homeless people.

abstract From my ethnographic experiences at spaces for claiming rights, held by the Homeless Political Movement, I discuss in this paper the construction of diacritical elements mobilized in the homeless process of insertion at political struggles and state dialogue spaces. In this complex scenario, I seek to highlight the *agency* of these people in their relationships with the relevant frameworks of political mobilization, focusing on both their battles against the State officers and on the way they actively inhabit the normativity of the Modern State organizational logic. I specifically highlight the dynamics in which the militants classify different agents of dialogue, by manipulating narratives involving the “street

experiences”. I argue that the militants either turn these experiences positive or show their perverse dimension, having in mind the agents and the intentions at stake.

keywords street experiences, state normativity, power relations, political mobilization, agency.

Preâmbulo

Porto Alegre, 23 de janeiro de 2015, tarde de sexta-feira. Os militantes do Movimento Nacional da População de Rua² (MNPR-RS) preparavam-se para mais uma reunião semanal no Sindicato dos Municípios quando as conversas paralelas que antecediam a reunião foram atenuadas pela chegada inesperada de um grupo de jovens estudantes guiado por uma professora universitária do curso de enfermagem. Entraram, sentaram e não deram uma palavra. Por um tempo, ficaram atentos aos assuntos que se cruzavam entre apoiadores e militantes do MNPR-RS, os quais foram tomados por certa curiosidade permeada pelo receio em “dar nome aos bois” nas críticas que faziam a determinados agentes institucionais naquela tarde.

Aqueles seis jovens universitários vestiam uma camiseta azul, cuja estampa trazia a seguinte frase: *SUS, uma conquista cidadã*. Na oportunidade em que se apresentaram, justificaram a aproximação com o MNPR-RS por estarem realizando um estágio pelo VER-SUS,³ um programa de vivências no Sistema Único de Saúde. A professora que os acompanhava pediu a palavra, explicou os fundamentos do programa, relatou que já haviam visitado algumas comunidades quilombolas e acompanhado o trabalho da equipe do Consultório de Rua⁴ (CR), dentre outros espaços de intervenção vinculados ao SUS. Como parte dessas vivências, o grupo almejava conhecer também a dinâmica do MNPR-RS e relatar as experiências que havia tido nos dias anteriores – por isso estavam ali naquela tarde.

Os jovens se apresentaram brevemente. Eram estudantes de enfermagem, psicologia e saúde mental, vindos do interior do estado e da região metropolitana. A ideia inicial, proposta pela professora que os orientava, era que cada um expusesse o aprendizado acumulado pelo diálogo constituído com diferentes grupos a partir das vivências realizadas até aquele momento. Mas logo no início do primeiro relato, Cícero⁵ interrompe uma tímida estudante que expunha a imersão que tivera com a equipe do CR na região central da cidade e lança a questão que deu o tom do que ainda estava por vir naquela reunião: “Mas vocês só foram nesses locais, né? Algum de vocês já foi na rua mesmo?”. A professora imediatamente explicou que a experiência com a equipe do CR foi muito produtiva no sentido de

estabelecer contato com o “universo das ruas”. A aluna, então, retomou sua narrativa explicitando o caso de um “morador de rua”, acompanhado pelo CR, que estaria apresentando comportamento agressivo e que a única solução para acalmá-lo seria a internação. No entanto, Edison⁶ assegurou conhecer esse sujeito e os motivos que o levam a agir dessa forma:

Esse cara é tri inteligente, sabia? Ele tem curso de computador! Sabe tudo de computador, mas caiu na rua, por isso que ele é meio pirado. Então por que tem que internar? Eu sou contra a internação! Eu tô na rua desde os nove anos de idade e sei que a internação não adianta nada. Como é que vocês vão querer tratar a droga com outra droga, se a gente sabe que remédio também é droga? (DIÁRIO DE CAMPO, 23/01/2015)

Em resposta, a professora compartilhou seus pensamentos:

De qual droga será que ele está falando – eu fiquei pensando! Pois tem vários tipos de drogas e cada caso é um caso. Existem casos extremos que exigem uso de medicamentos, que são drogas, é verdade, mas se trata de uma questão vital! Existem outros casos em que um acompanhamento psicológico, uma terapia pode ajudar muito. (DIÁRIO DE CAMPO, 23/01/2015)

Edison não desfez o semblante de desconfiança que trazia no rosto durante todo o tempo em que a professora expusera suas concepções sobre a internação. Mas foi Cícero quem pediu a palavra novamente: “Posso fazer só mais uma pergunta? Se tem uma pessoa na rua, qual é o maior motivo pra internar ela?”. Um suspiro antecede a observação: “Mas vocês só fazem perguntas difíceis”, comenta a professora de enfermagem, antes de responder que “a internação ocorre quando a pessoa corre o risco de atentar contra a própria vida ou contra a vida dos outros”.

As interações acima descritas alimentam inquietações analíticas tanto sobre a ação estatal nos espaços de luta política de pessoas em situação de rua, quanto no tocante às formas como as pessoas desse perfil populacional produzem enfrentamentos e problematizam certas práticas de intervenção. Nesse contexto, é possível inferir que as formas de interlocução com determinadas práticas e saberes institucionais são conduzidas pelo *constrangimento*, pela *cobrança*, mas também por meio da *apropriação* de técnicas,

saberes e posturas que informam modos de habitar aquelas arenas em que a organização política e a reivindicação de direitos se fazem em diálogo com diversos agentes do Estado e da sociedade civil.

A partir de experiências etnográficas em espaços de organização e mobilização de pessoas em situação de rua, discutirei neste artigo a construção prática e discursiva de elementos diacríticos mobilizados no processo de interação entre os sujeitos em situação de rua com as arenas de luta política e interlocução estatal. Nesse cenário complexo e dinamizado por múltiplas relações de poder, busco evidenciar a dimensão da *agência* (MAHMOOD, 2006; ORTNER, 1995, 2007) contida na percepção e na relação dos sujeitos com os agentes estatais e não estatais que atuam seja na condição de apoiadores da mobilização ou como agentes interventores do campo socioassistencial.

Especificamente, o mergulho etnográfico ocorre no universo da militância política organizada pelo Movimento Nacional da População de Rua (MNPR-RS), em sua base regional em Porto Alegre, onde atuo acompanhando e participando de reuniões, seminários, audiências públicas, envolvendo-me, também, em interações cotidianas com os militantes, para além dessas arenas de organização e mobilização. Tenho concentrado meus esforços analíticos nos desafios e impasses enfrentados pelos diferentes atores que adentram territórios políticos de alianças, embates e conflitos forjados na multiplicidade de agentes e instituições que, de uma forma ou de outra, integram ou interagem com a organização e a mobilização política conduzida pelos integrantes do MNPR-RS.⁷

A partir de experiências etnográficas nesse universo, tenho insistido na ideia de que os espaços de ação constituídos pelo MNPR-RS são, igualmente, *locus* de uma rede de cuidados e encaminhamentos institucionais tecida por agentes que atuam, a um só tempo, como militantes apoiadores, mas também como psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros e monitores de instituições socioassistenciais. O engajamento desses profissionais na defesa dos direitos da população em situação de rua não se faz separado de suas atribuições institucionais e dos ideais que os mobilizam à luta por tais direitos, sobretudo porque grande parte das reivindicações do movimento referem-se à ampliação qualitativa e quantitativa da rede de serviços socioassistenciais à qual aqueles profissionais e militantes estão vinculados.

Pode ser por conta dessa configuração específica da composição política do MNPR-RS que alguns desses atores, quando questionados sobre seus vínculos institucionais, deparam-se, também, com certos dilemas e ambiguidades diretamente relacionados à legitimidade de seus engajamentos: ao mesmo tempo em que precisam reiterar que não compactuam com o conservadorismo de algumas instituições (tal como questionam alguns

militantes “em situação de rua”), também manifestam, em alguns momentos, a necessidade de fazer com que a luta política seja conduzida pela parceria entre gestores públicos, trabalhadores da assistência e usuários dos serviços socioassistenciais, rumo à construção do “protagonismo” dos que vivem nas ruas. Precisam, assim, justificar seus vínculos e os trânsitos que realizam entre a normatividade dos espaços de acolhimento institucional e a organização política. Não raro, as práticas correspondentes a esses vínculos se cruzam e coabitam as relações ordinárias entre os integrantes do MNPR-RS.

Nesse contexto, é comum, por exemplo, a aproximação de redutores de danos ou de enfermeiros que, inseridos na mobilização política, também acompanham seus pacientes, distribuem remédios, preservativos e monitoram tratamentos de saúde de pessoas em situação de rua que participam das reuniões semanais do movimento. Outros encaminhamentos ocorrem quando pessoas aparecem nas reuniões para solicitar internação em clínicas de recuperação terapêutica, acolhimento em albergues e abrigos, ou para sanar dúvidas sobre a burocracia para a aquisição de determinados benefícios assistenciais e são, assim, acolhidos e aconselhados não só pelos profissionais, mas também pelos demais militantes já familiarizados com o “caminho das pedras”. Tantos outros são incentivados e auxiliados pelos apoiadores a terminar os estudos, a fazer a prova do ENEM, a solicitar confecção de carteira de identidade, conseguir um emprego e mesmo alugar uma casa.

Essa multiplicidade de agentes e de práticas é perpassada por uma dimensão pedagógica da mobilização política, pautada pela valorização de uma conduta ideal do “morador de rua” politizado e apto ao diálogo com órgãos e instituições públicas envolvidos com a questão dos direitos das pessoas em situação de rua. Parece que o incentivo à organização coletiva não se separa do estímulo à organização pessoal e do cultivo de uma conduta pautada em preceitos morais como a *escuta*, o *respeito* e o desenvolvimento de uma “postura militante” assentada na responsabilização coletiva e no afastamento de certas práticas que, segundo uma monitora de abrigo e apoiadora do MNPR-RS, uma vez expostas publicamente, podem “queimar o movimento” – referindo-se ao uso de drogas lícitas e ilícitas, às possíveis ofensas verbais, aos furtos e às agressões físicas entre os militantes. Estaríamos, assim, diante de uma pedagogia da mobilização política assentada na necessidade de aprender a escutar, a respeitar e a (se) organizar – numa estreita associação entre organização coletiva e organização pessoal que estimule o “processo de saída das ruas”, como se para lutar por mudanças fosse imprescindível mudar a si mesmo.

Assim, sem negar e deixar de apoiar as conquistas que são conclamadas pela atual organização política nacional da população em situação de rua, sobretudo a visibilidade e o reconhecimento de luta por dignidade, respeito e políticas públicas, enquanto antropólogo, interesse-me, também, pelas ambiguidades que atravessam os espaços de luta desse coletivo, nos quais parecem coabitar a linguagem dos direitos e a normalização de condutas – práticas e discursos que conformam processos de pacificação de populações, seja pela força ou mesmo pela “pedagogia da conversão”, dedicando-se a transformar rebeldes em “sujeitos legais” (DAS; POOLE, 2004). É neste cenário que o “protagonismo” de grupos comumente representados como vivendo “às margens da sociedade”, quando estes lutam e inserem-se em processos de reivindicação de direitos, depara-se com *espaços de visibilidade condicionada*: devem saber ouvir, devem se colocar no lugar dos outros e devem evocar os sinais de seu empenho na restauração, na “organização” da vida, dos hábitos e comportamentos.

Mas se podemos sugerir a conformação de práticas tanto de cuidado quanto de construção de condutas ideais para a organização política, também é verdade que a presença e a ação estatais são sempre múltiplas, e os agentes, suas intenções, engajamentos e sensibilidades também o são. Além do mais, esses agentes não predominam no cenário de mobilização e reivindicação, pois atuam em diálogo com atores da sociedade civil, estudantes e pesquisadores que dinamizam e tencionam determinadas práticas que visam “capacitar” militantes com trajetórias de rua, o que faz da base regional do MNPR, em Porto Alegre, um espaço de organização e mobilização em constante tensão entre essas lógicas de intervenção mais institucionais e outros entendimentos sobre a prática política. Nesse ponto, é emblemática a manifestação de Rosângela, uma mulher “em situação de rua”, de aproximadamente quarenta anos, que, em uma reunião na qual se discutia a urgência de capacitação política dos militantes, afirmou que “o movimento vem das ruas”, que a “política está nas ruas” e que “qualquer pessoa que tenha sofrido nas ruas sabe do que a população de rua precisa”.

A potência etnográfica, no entanto, revela que nunca é possível manter por muito tempo argumentações sobre a totalização dos esquemas de sobredeterminação. Algo sempre escapa: a vida, a criatividade, a ação que transforma, que se apropria, que enfrenta e inventa formas de fazer e refazer o jogo das correlações de forças que perpassam as arenas de luta política. Com bem infere Aihwa Ong (2005), não há uniformidade nos efeitos dos múltiplos regimes de controle que permita uma forma totalizante da cidadania. Para além das tecnologias sociais, é preciso atentar para as interpretações e estratégias dos atores justamente no encontro entre as práticas e as interações cotidianas, o que demanda a abertura analítica para ação

dos sujeitos frente aos esquemas de categorização, classificação e controle (ONG, 2005).

Com isso, gostaria de explorar, neste texto, a forma como um conhecimento legítimo sobre a “vida nas ruas”, adquirido pelos que se autodeclararam “moradores de rua”, é dinamizado na relação dessas pessoas com certos enquadramentos que perpassam a organização e a mobilização política exercida entre os diferentes atores que compõem o MNPR-RS. Para tanto, localizo as práticas de cuidado e o processo de construção de condutas ideais para a luta política dentro de um campo de normatividades que buscam regular e normalizar comportamentos compreendidos a partir da incompatibilidade com as práticas de cuidado estatal que se dedicam à otimização de corpos e condutas. É no seio deste campo, a um só tempo, de intervenção e de mobilização, que os usos de um “saber das ruas” são efetuados ao acionarem discursos e elucidarem práticas que ora positivam essa experiência, ora expõem sua dimensão perversa, de acordo com os agentes e as intenções em jogo. Por ocorrer no entrecruzamento de práticas de intervenção estatal e de mobilização política, considero que os usos desses saberes conformam parte da *agência* dos militantes “em situação de rua”, sobretudo porque operam outras normatividades a partir deste mesmo saber.

Agência e normatividade

Como veremos, o “saber das ruas” é operado de forma situacional, de acordo com os contextos e os interlocutores em jogo. A afirmação da positividade das experiências das ruas se verifica quando agentes estatais buscam conhecer esse “mundo”, aproximar-se dele, de modo que há um conhecimento que precisa ser apropriado, ensinado e, nesse sentido, quem transmite esse saber são pessoas em situação de rua – os mesmos que historicamente foram alvo de programas e estratégias de repressão e penalização. Em outras situações, a “vida nas ruas” é exposta em sua dimensão perversa: o sofrimento, a violência e a invisibilidade são conclamados em condições em que os que falam sobre a rua não a conhecem, de fato, e deixam de considerar suas dinâmicas de violência e discriminação.

No entanto, a condução da *agência* desses sujeitos entre as arenas de interlocução estatal nem sempre se faz no objetivo único de emancipação de grandes sistemas normativos, ou de superação das estruturas de dominação e desigualdade, como defende Ortner (2007). Não se trata apenas de perseguir um horizonte de superação, de libertação das imposições normativas e das desigualdades estruturais por meio da transformação social, preservação de valores frente à ação hegemônica ou da resistência em múltiplas

formas e a partir de práticas distintas. A luta política em questão também se faz por entre as normatizações, as diferentes categorias e saberes construídos por instâncias estatais diversas que definem em documentos legais, e por meio de tecnologias de governo, quem são, quantos são e como vivem os grupos classificados como em situação de rua.

Nessa discussão, compactuo com as argumentações de Saba Mahmood (2006), para quem a *agência* pode ser pensada não somente em termos de resistência, mas como capacidades para ação alimentadas por relações concretas de subordinação. Para além de inspirações calcadas em políticas liberatórias, Mahmood sugere a problematização do desejo universal de ser livre, de desamarrar-se das garras dominantes. Suas ponderações partem de reflexões sobre a teoria feminista ocidental em contraposição às experiências etnográficas em um movimento islâmico feminino conduzido no interior das mesquitas do Cairo, no Egito. Evidenciando que tal mobilização representou para as mulheres um contato inédito com materiais acadêmicos e raciocínios teológicos há muito restritos ao universo masculino, Mahmood dá atenção às concepções de *self*, *agência* moral e projetos éticos que motivam a ação de grupos femininos por entre as normas, reivindicando justamente o contrário de uma liberação: um acesso mais profundo a elas. A partir destas experiências, a antropóloga é enfática ao defender que da mesma forma como ocorre no liberalismo, a liberdade é normativa para o feminismo em sua forma mais ocidental. E mais: se a capacidade de transformar o mundo é histórica e culturalmente construída, então ela não pode ser definida de antemão, ou seja, o sentido e o significado da *agência* não podem ser *a priori* fixados (MAHMOOD, 2006). Com as críticas que edifica contra a teoria feminista e com a riqueza de suas experiências etnográficas com o movimento feminino islâmico, a pesquisadora alarga o sentido de *agência* para as múltiplas formas de incorporar a normatividade.

Se é possível captar modos de ação detentores de outras racionalidades e que estejam desvinculados de uma noção progressista de *agência*, então as maneiras como as pessoas habitam contextos atravessados por forças pedagógicas e disciplinadoras podem potencializar e revigorar a análise em diferentes contextos de pesquisa. Como bem nos lembra a autora, Foucault já nos alertava para o “paradoxo da subjetivação”, em que as mesmas condições que favorecem a subordinação são as que concedem os meios para que os sujeitos construam seus pilares de autoconsciência. Com isso, a *agência* de pessoas em situação de rua ganha maior amplitude ao abarcar justamente aqueles que seriam vistos como completamente vencidos pelas práticas estatais de produção de sujeitos e suas condutas ideais para o diálogo pacífico e “politizado” e para a superação de um modo de vida considerado injusto e degradante. Se hoje tanto a mobilização política a nível nacional

quanto as práticas de intervenção no campo socioassistencial concentram seus esforços na superação de um “problema social” a ser combatido e uma experiência individual e coletiva a ser superada, os militantes em situação de rua também reinserem o saber específico, relacionado àquela experiência, na situacionalidade da experiência política e social tramada no seio do MNPR-RS e na dinamicidade relacional das interfaces ali estabelecidas com diferentes agentes, autoridades e instituições.

Nesses termos, é possível inferir que a constituição de legitimidades de fala e representatividade se faz a partir de práticas, discursos e performances específicas que, ainda que de forma preliminar, estão falando de uma vivência dinâmica das normas que permeiam a organização social daquele movimento. Se há o reconhecimento tácito de que a luta política do MNPR-RS implica os sujeitos em esforços de “superação da situação de rua”, também é verdade que tal condicionalidade tem o seu reverso: para os agentes “externos” que buscam conhecer a “rua” (como a professora de enfermagem e seus alunos), outras normatividades são erigidas e, com isso, a “experiência das ruas” torna-se, a um só tempo, saber e poder. É nesse ponto que, sem excluir as demais formas de produzir *agência* em meio à multiplicidade de poderes em jogo, a formulação trazida por Mahmood permite uma ampliação que serve, a meu ver, para identificar, reconhecer e valorizar ações, práticas e performances dos sujeitos que, se não negam as exigências e a normatividade estatal, também não negam suas potencialidades em produzir forças políticas a partir das quais podem estruturar suas demandas por respeito, reconhecimento e dignidade.

O sangue das ruas

O debate com a professora de enfermagem não terminou na explicação sobre o fato de que é o risco à vida, no limite, o que justifica a internação dos que vivem nas ruas, usuários de drogas ou não. Outras questões surgiram naquele diálogo entre futuros agentes do saber especializado (os universitários), seus tutores (detentores e transmissores desse saber) e homens e mulheres sem grandes níveis de escolaridade ou experiência acadêmica, porém detentores de determinados conhecimentos e discursos que lhes concedem legitimidade e potência enunciativa: o “saber das ruas”.

Aqueles universitários que, muito bem intencionados, foram ao encontro dos militantes do MNPR-RS para relatarem suas vivências no campo do atendimento à saúde, não conseguiram narrar quase nada de suas experiências, sendo interrompidos pelos questionamentos contundentes dos que detinham vivências de trânsito entre fronteiras de espaços política e simbolicamente estruturados entre a “vida nas ruas” e os aparatos que lhes

direcionam ações interventivas. Naquela elucidativa reunião, pouco a pouco, um outro saber foi ganhando espaço e, de forma muito sutil, passou a disputar legitimidade ao lado dos efeitos de autoridade que, direta ou indiretamente, a presença daquele grupo produzia.

Na continuidade do debate, Edisson expôs suas considerações sobre a questão da internação evidenciando outra perspectiva: a de quem vive e conhece a rua.

Eu tô há tanto tempo na rua e nunca precisei me internar. Eu conheço a rua, conheço todos esses que vocês visitaram. Para vocês verem: eu não tô mais na rua, faz um tempo que consegui um barraco com a minha mulher, mas esses dias eu já dormi na rua de novo. Eu tô dentro de casa, mas não consigo largar a rua. **A rua é um sangue! Ela tá no sangue!** (DIÁRIO DE CAMPO, 23/01/2015)

Sentado à mesa destinada aos que coordenam a reunião, Cícero conservava uma postura de autoridade, de alguém que ensina, que transmite um conhecimento ainda não apreendido pelos demais. A postura corporal, a movimentação das mãos, o tom da fala, a firmeza no olhar (que se fixava um pouco em cada um dos presentes na reunião), construía uma atmosfera de respeito, verdade e testemunho em torno de suas explicações sobre a invisibilidade do “morador de rua”. A sua plateia, que viera inicialmente para relatar experiências, mas que não fizera muito mais do que ouvir e se explicar, já havia, a essa altura, abandonado os propósitos iniciais e já não se colocava, apenas ouvia com atenção. Cícero seguia explicando que

Nós fizemos um teatro de rua, que se chama “Os invisíveis”, porque nós não somos vistos nas ruas. Nós somos, às vezes, invisíveis. As pessoas passam e não olham, mas nós não somos invisíveis. Por exemplo, nem adianta vocês se disfarçarem de morador de rua, porque vão perceber. Esses dias um grupo de estudantes se disfarçou de morador de rua, para fazer uma brincadeira, e pediram dinheiro na rua e as pessoas davam porque sabiam que não eram moradores de rua. Então a gente sempre leva a pior. A RBS [rede de TV regional] odeia os moradores de rua! Tudo que eles publicam é contra o morador de rua. A verdade sobre nós tá aqui ó [mostra o último exemplar do jornal *Boca de Rua*].⁸ Aqui tem toda a verdade sobre o morador de rua. Eu fico feliz que vocês estão aqui, mas tem muita gente que se forma na faculdade e nunca mais aparece. (DIÁRIO DE CAMPO, 23/01/2015)

Nos discursos de Edison e Cícero, era impossível não sentir o tom de cobrança e intimidação direcionado aos que se aproximavam naquela tarde para conhecer o MNPR-RS. Cobrança em relação à necessidade de ouvi-los, de senti-los, de considerar, nas ações de intervenção e cuidado, suas experiências *com e sobre* a rua; intimidação em relação aos seus propósitos de aproximação, que, para Edison e Cícero, deveriam dialogar com o saber específico que a vivência nas ruas lhes outorga, o que lhes permite afirmar que “a internação não adianta nada” e que “tratam a droga com outras drogas”.

Essas interações também nos falam de uma apropriação de termos, conceitos e categorias que compõem o arcabouço de saberes e poderes exercidos nas práticas interventivas dos agentes estatais: nesse caso, o saber da experiência desestabiliza práticas consolidadas de tratamento e cuidado, formulando críticas que se apoiam na legitimidade do estar e ser “da rua”. Edison, por “conhecer a rua”, explicou que o sujeito que, na visão da estudante, deveria ser internado, só apresentava agressividade porque “fez curso de computador” mas não conseguiu exercer a atividade. Da mesma forma, Cícero questionou: “vocês já foram na rua?”. Uma afirmação e um questionamento que se conjugam tanto para colocar em cheque o saber que legitima a intervenção quanto para positivar a experiência das ruas e evidenciar a potencialidade deste saber para a atuação dos agentes estatais.

Desde Foucault, sabemos que nada está fora do poder, nada lhe escapa, e isso diz muito sobre as correlações de forças travadas nas cenas aqui descritas. Embora reitere a onipresença do poder, Foucault não ignora que as relações nas quais circula são efeitos imediatos de desigualdades e desequilíbrios que, por sua vez, se reproduzem nessas correlações. A resistência não se faz em posição de exterioridade às relações de poder, sobretudo porque elas só podem existir por meio de uma multiplicidade de pontos de reação que figuram como alvo, apoio ou adversários dispostos por toda a rede de poder. Como locutor irreduzível, a resistência se faz no campo estratégico dos discursos de poder e de reação (FOUCAULT, [1976] 2014).

Ao mesmo tempo em que pessoas em situação de rua atuam diretamente por entre a normatividade que permeia as arenas de luta política, nelas buscando aporte para também reivindicar e dominar o conhecimento de legislações, conceitos, vocabulários distintos e formas de interagir com os representantes estatais, a dimensão da experiência das ruas, este “sangue das ruas”, do qual nos fala Edison, parece produzir uma fronteira e uma positividade que concede legitimidades políticas erigidas de forma relacional e situacional.

A ideia de que a “rua está no sangue”, aparentemente produz ambiguidades em relação às bandeiras de luta por direitos, sobretudo quando

se luta pela inserção social pela via do trabalho, pelo direito à moradia e à constituição de laços familiares e comunitários – discursos específicos que embasam formas de regulação social (GENARD, 2013). Contudo, a afirmação positiva das ruas, essa experiência que se inscreve “no sangue” e se afirma na luta política, é reiterada em cenários específicos e situacionais de mobilização. É nesse contexto que a positividade das ruas se coloca como um discurso de efeito potente, pois reforça uma fronteira que se deseja ultrapassar – a professora e os estudantes do VER-SUS queriam “conhecer a rua”, vivenciá-la. Possuir a “rua no sangue”, no contexto específico e situacional aqui tratado, possibilita o acesso ao status de quem passou pela experiência e que por isso é conhecedor de um universo no qual muitos agentes precisam mergulhar para a efetivação de suas atividades cada vez mais inspiradas em propostas humanizadas dos serviços públicos.

O exemplar do jornal *Boca de Rua* não foi erguido por Cícero de forma gratuita naquela reunião. O gesto veio acompanhado de uma associação entre invisibilidade, ódio e verdade. A invisibilidade ante o olhar do cidadão comum mas também aquela com a qual certas políticas públicas são conduzidas; o ódio estimulado e legitimado nos meios de comunicação conservadores que perpetuam termos, categorias e concepções estigmatizantes sobre os que habitam o espaço público; e a verdade que se inscreve nas páginas de um jornal onde quem fala é a *boca de rua*. A associação da “verdade” sobre as ruas com o conteúdo jornalístico elaborado, em todas as suas etapas, por pessoas em situação de rua, nos fornece pistas para entender como esses sujeitos mobilizam alguns elementos diacríticos que de certa forma positivam suas experiências e concedem legitimidade às suas lutas. Nesse caso, a “verdade” de um jornal se faz pelo contraponto à mídia dominante, mas também pelo fato de ser contada pela boca e mãos de quem “sabe o que é a rua”.

Assim também Cícero tencionou essa fronteira de forma mais clara: “não adianta nem vocês se disfarçarem de morador de rua”, reiterando a impossibilidade de apropriação ou de inserção em um “mundo” que se inscreve no corpo e no “sangue” e que, por mais que se queria ou se necessite conhecer o que está além dessa “fronteira”, as tentativas serão sempre tortuosas. Para tal empreendimento, é preciso “ser morador de rua” ou mergulhar nesse “mundo” passando pelas mesmas experiências – como um rito de passagem que marca uma aproximação singular. É exemplar o caso de dois estudantes pesquisadores, Pedro e Gabriela, apoiadores do MNPR-RS e integrantes de projetos de extensão universitária, que passaram a noite na rua com Edisson e Cícero. Comeram de doações caritativas, beberam juntos, perambularam em grupo pelas ruas noturnas de Porto Alegre. Essas experiências de fronteiras cruzadas ou sobrepostas fizeram com que aqueles

estudantes passassem a ser apresentados por Edison e Cícero como “quase moradores de rua”, “só eles sabem o que é a nossa realidade, pois comeram e beberam com a gente”.

É possível pensar que esses discursos e performances, enquanto interfaces específicas, podem estar dinamizando formas particulares de mobilização política, de constituição de um espaço de enunciação, de valorização da experiência, das trajetórias e dos vínculos de afeto e interconhecimento tecidos ao longo dessas vivências urbanas. Quem tem a rua no sangue também tem algo a ensinar. E esse saber é também poder e, portanto, luta. Luta por reconhecimento, respeito e dignidade que se faz cotidianamente, de forma situacional e dialógica a partir de um jogo de poder que envolve saberes, verdades e experiências.

Mundos em atrito. Vidas que se cruzam

Se em algumas situações a “vida nas ruas” é positivada como um conhecimento adquirido que diferencia e concede legitimidade na luta política, em outras, é justamente o sofrimento que vem à tona nos discursos, operando também como um mecanismo, a um só tempo, de diferenciação e de condicionalidade no acesso aos espaços de enunciação política em nome das pessoas em situação de rua. Vejamos um caso específico, voltando um pouco no tempo.

Dois meses nos separavam da Copa do Mundo. Em abril de 2014, rumores de violência policial, higienização social e confinamento de pessoas em situação de rua em galpões construídos na região metropolitana de Porto Alegre circulavam por entre as reuniões do MNPR-RS, a rede assistencial e a as instituições comprometidas com os direitos humanos, mobilizando autoridades, órgãos e instituições. Ministério Público (MP), Defensoria Pública (DP), Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos (CEDECONDH) da câmara de vereadores, Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH), estudantes, pesquisadores, advogados, vereadores: todos se mobilizaram, cada um a seu modo, por um diálogo estreito com apoiadores e militantes do MNPR-RS.⁹

Dois meses depois, a poucas semanas da Copa, uma reunião foi realizada entre o MNPR-RS e os diferentes órgãos públicos que haviam se engajado na batalha contra a higienização social. Estavam presentes representantes do MP, da DP, da CEDECONDH, da Ouvidoria da Segurança Pública e da universidade, a maioria com trajes formais e bem asseados. Além dos militantes e apoiadores do MNPR-RS, a reunião também contou com a presença de pessoas em situação de rua que estavam ali pela pri-

meira vez, alguns com sacolas de material reciclável, outros com mochilas e seus poucos pertences. Esses sujeitos acomodaram-se cabisbaixos e distantes do círculo onde estava reunido o grupo de autoridades ali presentes.

O coordenador regional do MNPR-RS, João de Deus,¹⁰ deu início à reunião afirmando que “o MNPR se posiciona em repúdio a todas as violações dos direitos humanos pela Copa, e nós temos que dar graças a Deus porque temos a Defensoria Pública do nosso lado”. Em seguida, abriu-se o debate sobre dois temas principais: a ameaça de higienização social que seria colocada em prática pela condução forçada de pessoas das ruas para espaços institucionais; e as possibilidades de denunciar as agressões policiais que já estavam em curso na cidade.

A defensora pública da União, Liliane Pastoriz, manifestou sua angústia sobre a coleta de denúncias, sobretudo porque até o momento ela não teria nenhum relato claro e detalhado que permitisse responsabilizar alguém. Nesse instante, as falas sobrepostas começaram a manifestar discordância com as preocupações da defensora. Patrícia, a representante da Ouvidoria de Segurança Pública (OSP), uma mulher loira de aproximadamente quarenta anos, orientou que as pessoas denunciassem quando sofressem qualquer agressão, mas que fizessem a denúncia como deveria ser feita: com descrição física dos policiais, seus nomes e número da viatura.

Roberto, que participava das reuniões do MNPR-RS pela primeira vez, questionou: “Alguém aqui já sofreu agressão policial? Eu já apanhei muito sem nenhum motivo. Já fui chamado de negro filho da puta”. Outro novato também se manifestou: “Se esse ou aquele denunciar a violência, nós todos seremos protegidos? Por isso que muita gente não liga para a ouvidoria”. Cícero complementa: “Hoje é milícia! Quem é que vai nos salvar nessa hora?”. Sem resposta, Cícero levantou-se e dirigiu-se ao centro do grande círculo no qual estavam sentados os representantes institucionais. Dessa posição central, ele caminhava em direção às autoridades, vestindo a camiseta azul do MNPR, gesticulando muito com as mãos e por vezes apontando o dedo para alguns de seus ouvintes. Nessa performance, ele manifestou seus posicionamentos:

Não quero proteção nenhuma! Eu quero é saber o que vocês estão fazendo enquanto estamos na rua. Aqui todos dormem! Enquanto vocês dormem, nós estamos na rua, menos o Pedro e a Gabriela, que estão indo para as ruas conosco, o resto ninguém mais sabe o que é viver assim. Não adianta nada vocês ficarem falando, se não sabem o que a gente passa. (DIÁRIO DE CAMPO, 06/06/2014)

Não era a primeira vez que ouvia Cícero proferir discursos que traziam à tona a fronteira entre os que “dormem” e os que “estão nas ruas”, entre quem conhece essa realidade, os que se aproximam dela (como Pedro e Gabriela, os estudantes que passaram uma noite nas ruas) e os que falam sobre ela, mas não mergulham na sua intensidade vivencial. Por outro lado, considerando os temas discutidos na referida reunião, percebe-se que a prioridade dada às denúncias formais, na visão dos sujeitos em situação de rua presentes, estava sendo exigida sem levar em conta a dinâmica de atuação dos agentes de segurança pública e a população em foco no debate: uma das práticas punitivas seria a captura dos denunciantes que receberiam severos castigos físicos e psicológicos por delatarem policiais. É nesse contexto que a “rua”, na manifestação de Cícero, Roberto e seus companheiros, emerge em sua face negativa: da violência, das ofensas, do preconceito, do racismo. Aqui não se trata de positivá-la, de tomá-la como algo que está no sangue diante dos que querem conhecê-la, mas de fazer viver o seu lado mais cruel diante dos que falam sem conhecer, sem considerar suas particularidades. Os primeiros querem conhecer para falar, os segundos, falam sem conhecer. Para cada situação relacional, uma dimensão da rua é exposta e potencializada.

Em outras situações essa classificação também é acionada na relação entre militantes em situação de rua e os apoiadores do MNPR-RS. Em dezembro de 2014, na reunião de avaliação da trajetória do movimento ao longo do ano, colocou-se em pauta o papel do apoiador, de modo que suas posições dentro do grupo seriam avaliadas por cada um dos militantes. Na avaliação, Cícero foi o primeiro a afirmar que “eles [os apoiadores] entraram no nosso mundo e nós entramos no mundo deles. Isso é ser apoiador”. Rosângela¹¹, por sua vez, ponderou que “eu vejo o apoiador como uma muleta, um apoio, uma extensão daquilo que você não tem”. Edisson também assegurou as boas intenções dos apoiadores, exemplificando com a disposição de Pedro, que estava ao seu lado, em conhecer as ruas e adentrar seus mundos. Porém, Amilton, homem em situação de rua, moreno, que há pouco começara a participar das reuniões do MNPR-RS, advertiu que

realmente tem que ver para crer! Pedro, me diz uma coisa, quantas vezes tu dormiste na rua? Em qual praça tu já dormiu? Não adianta passar uma noite só ou ir em determinado lugar. Tu já foste, por acaso, na Avenida Farrapos? Lá tem outra rua, lá é bem diferente do centro. (DIÁRIO DE CAMPO, 23/12/2014)

Se de um lado alguns apoiadores figuram como sujeitos que se permitem uma interpenetração de mundos, servindo também como muleta ou como extensões do que não se tem; de outro eles ainda não cruzaram totalmente uma fronteira. Amilton não presenciara o momento em que Pedro e Gabriela foram para as ruas por uma noite, assim como não havia constituído vínculos de pessoalidade e afeto com os mesmos. Da sua posição, ele visualizava um universitário, branco, de classe média, sendo valorizado por tal experiência, adquirindo status de quem “conhece a rua”. Para Amilton, no entanto, era preciso mais do que uma noite para apreender as múltiplas dinâmicas relacionais e territoriais dos que habitam o espaço público.

Nesse ponto, novas classificações são formuladas entre os que “pensam que conhecem” e os que só conhecem porque vivem ou viveram nas ruas. É possível refletir, então, sobre a situacionalidade dessas classificações, considerando tanto as relações de forças em jogo, quanto a dimensão dos vínculos que se constroem com os apoiadores. Estas questões oxigenam e revigoram o olhar que lançamos sobre a *agência* de homens e mulheres em situação de rua em espaços de interlocução estatal e luta política organizada. Tenho atentado para o fato de que, nestes cenários, habitam tanto classificações e categorizações assentadas na “falta”, na noção de pobreza extrema e na desvinculação social (o que vem justificar práticas de intervenção); quanto uma série de práticas que visam constituir um “morador de rua” ideal, politizado, capacitado para conhecer as demandas do MNPR, falar em público, saber escutar, respeitar e lutar pela construção de seu protagonismo e independência: estaríamos diante de espaços de *visibilidades condicionadas*.

As descrições etnográficas aqui apresentadas, no entanto, relativizam a fixidez normativa desses processos de construção de condutas ideias. Elas nos conduzem para uma seara em que as pessoas de carne e osso, que vivem ou viveram nas ruas, impõem, também, *condicionalidades*: para falar em nome das pessoas em situação de rua, para ter legitimidade de fala e representatividade, é fundamental vivenciar as ruas. Tal legitimidade também é dosada e distribuída de forma desigual, em acordo com o grau de aproximação ou afastamento dos mundos que, ainda que entrecruzados, precisam ser selados com vínculos de afeto e pessoalidade.

Conclusões

A experiência das ruas enquanto um saber adquirido que distingue, que concede espaços de fala para quem a vivenciou: o “sangue das ruas”. A rua apresentada em sua face violenta, perversa, incômoda: a invisibilidade. A rua como elemento diacrítico que permite classificar, diferenciar, apro-

ximar e distanciar diferentes agentes envolvidos nos processos de cuidar e lutar no contexto das pessoas em situação de rua. O manejo discursivo e performático das intensidades da “vida nas ruas” como potência política que, ao mesmo tempo em que classifica, interpõe condicionalidades e certos limites aos espaços de representatividade e enunciação ocupados por agentes estatais.

É nas interações situacionais, nas quais mundos entram em atrito antes mesmo que as vidas que os habitam sejam cruzadas por intensidades e experiências singulares, que a positividade das ruas é trazida à baila. É aqui que as fronteiras se reforçam para aqueles que desejam, inicialmente, conhecer outros mundos, relatar suas experiências prévias, ouvir histórias marcadas pelo sofrimento, mas também pela aventura e pela afronta aos enquadramentos estatais. Esses encontros, que se fazem na eventualidade, permitem que alguns militantes do MNPR-RS positivem suas experiências e, a partir delas, tencionem a atuação dos agentes estatais trazendo à tona domínios de conhecimentos apreendidos na dimensão prática da “vida nas ruas”. Elementos diacríticos são mobilizados com o objetivo de atribuir valor, sentido e positividade às trajetórias, às existências e à mobilização política.

Em outras situações relacionais, a rua é apresentada na perversidade de suas dores e feridas, da violência diária, dos abusos de autoridade, dos preconceitos e violações. Aqui a rua é lançada, em sua face perversa, aos que adentram campos de enunciação que os colocam, a um só tempo, como interlocutores que buscam agir em nome da proteção e denúncia das violações sofridas, mas também como porta-vozes sem a legitimidade da experiência das ruas. Para estes, sim, é preciso mostrar o mapa das posições de onde falam, para quem falam e sobre quem falam. É quando a emergência da rua sofrida é trazida para, de certa forma, “colocar no lugar” as trajetórias sociais e os marcadores identitários que as acompanham, operando, também, com uma intencionalidade política na medida em que instaura condicionalidades aos que se dispõem a atuar em nome das pessoas em situação de rua: é preciso conhecer, é necessário “ver para crer”, é fundamental um contato sistemático, de experiências e de afetos. Tais condicionalidades fazem um contraponto e se constituem ao lado de outros enquadramentos: os que se impõem aos sujeitos em situação de rua, nos caminhos trilhados rumo ao engajamento na mobilização política organizada, e que lhes apresenta o imperativo da aprendizagem, da superação e do protagonismo.

A *agência* política, nesses cenários de luta, se faz por entre o território da normatividade, como bem defende Mahmood (2006), onde discursos e performances são mobilizados em situações específicas de interface, assegurando espaços de enunciação, valorização de aprendizados e trajetórias

de vida. Essas experiências são potencializadas como um saber direcionado à luta política e como um poder discursivo que, ao mesmo tempo que concede valor aos que o detém, delimita espaços de aproximação, classifica atores e interesses em jogo e potencializa a luta por reconhecimento, respeito e dignidade.

Notas

1. Utilizarei neste artigo a denominação “pessoas em situação de rua”, por ser a categoria largamente utilizada, nos últimos dez anos, por militantes, profissionais, pesquisadores, técnicos e órgãos governamentais. Alguns autores atribuem à essa nomeação uma potência positiva, na medida em que a noção de “situação” permite atentar para a dinamicidade e heterogeneidade das experiências sociais, em contraposição às denominações anteriores, marcadas pela ideia da falta e da destituição total. Para Schuch, por exemplo, a categoria “população em situação de rua” representa um esforço em atentar para a situacionalidade da experiência nas ruas, combatendo, ao mesmo tempo, processos de estigmatização, considerando o “habitar a rua” como uma forma de vida possível e distanciando-se, assim, de uma visão negativa calcada na carência de moradia fixa (SCHUCH 2007; *apud* SCHUCH et al, 2008). Sugiro, contudo, que a própria categoria “situação” denota um anseio geral pela “reintegração” de vidas em situações superáveis de *risco*, em face do cenário em que se promove visibilidade política e governamental à “situação de rua”, mas que também a apresenta como um problema social e urbano a ser superado.
2. Como culminância das inserções da população em situação de rua no cenário político (que provocaram uma pluralização das nomenclaturas, tais como “povo sem casa”, “povo de rua” e, por fim, “sofredores de rua”) funda-se em 2005, na capital paulista, o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), em face do Massacre da Praça da Sé, que figura hoje como narrativa fundadora do MNPR (MELO, 2013) e como estopim para reivindicação e organização política desses sujeitos cuja força ganha amplitude a partir do decreto presidencial 7.053/09, que institui a Política Nacional para a População de Rua.
3. Trata-se de um programa apresentado pelo Ministério da Saúde, em parceria com a Rede Unida, com o Governo Colaborativo em saúde/UFRGS e com a UNE. A finalidade do Vivências e Estágios na Realidade do SUS (VER-SUS) é proporcionar, por meio de estágios e vivências, um contato direto com o cotidiano de trabalho das organizações e dos agentes de saúde.
4. Com suas primeiras experiências localizadas em Salvador-BA, no final da década de 1990, o Consultório de Rua surgiu como um projeto piloto

para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua. Hoje é um programa vinculado à Política de Atenção Básica e busca atender uma demanda de prevenção ao consumo e dependência do *crack*, álcool e outras drogas, focado na atenção primária com práticas diretamente aplicadas nas ruas para prevenção de doenças, em diálogo com o programa de Redução de Danos (LONDERO et al., 2014).

5. Cícero, de 43 anos, magro, alto e negro, foi uma das pessoas que se reaproximou do movimento afirmando que tinha “dado um tempo para cuidar de mim, mas agora tô de volta”. Conhecemo-nos na ocasião de seu retorno para o MNPR, em abril de 2014. Sua atividade principal, a que ele mais divulgava, era a “Rádio na rua”, transmitida por meio de uma caixa de som com microfone acoplado, por meio da qual divulgava as discussões que ocorriam no *Boca de Rua*, do qual ele faz parte, assim como as atividades e reuniões do MNPR.
6. Esse jovem de 29 anos, negro, inicialmente tímido e calado, foi paulatinamente abrindo espaço para os seus posicionamentos críticos contra o que considerava injusto no universo das ruas: abuso de autoridade, ameaças de violência policial, grupos de extermínio e suspensões dos serviços de acolhimento. Edisson vive nas ruas desde os nove anos de idade, e relatou que só agora foi descobrir que “morador de rua também tem direito”, e que mais do que nunca vai “lutar por eles”. Por sua experiência nas ruas, demonstra um conhecimento preciso da cidade e dos “grupos de rua” que a habitam, com estes mantendo vínculo, coletando e trazendo informações sobre agressões, remoções forçadas e outras ações estatais contra as pessoas em situação de rua. Defensor de um debate com “olho no olho”, “porque a política da rua é assim”, Edisson foi ganhando visibilidade nos debates e na interlocução com as redes institucionais que se vincularam ao MNPR-RS ao longo de 2014.
7. As questões levantadas por este artigo foram formuladas a partir de minha pesquisa de doutorado, em curso, sob a orientação da antropóloga Patrice Schuch, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A pesquisa versa sobre a trama de agentes, instituições e demandas políticas que fazem da população em situação de rua um campo de engajamentos particulares e de intervenções múltiplas, que articulam sensibilidades, moralidades, produção de sujeitos ideais para a luta política e gerenciamento do espaço público, no contexto da mobilização política da base regional do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR-RS) em Porto Alegre. Há dois anos tenho acompanhado e participado desse movimento, em parceria com uma equipe de pesquisadores do Núcleo de Antropologia e Cidadania, no âmbito do projeto de extensão intitulado “Práticas de governo, moralidades e subjetividades nos circuitos de atenção às pessoas em situação de rua”, do

qual um dos objetivos principais é mobilizar a produção do conhecimento articulada ao engajamento político no cenário de ações inspiradas nos direitos humanos. O projeto é coordenado e orientado por Patrice Schuch, com a participação de Bruno Fernandes e Pedro Leite, bolsistas e acadêmicos das Ciências Sociais. Agradeço profundamente a essa equipe, sobretudo a Bruno e Pedro (exemplares articuladores da prática acadêmica com o engajamento político), com os quais tenho a sorte de trabalhar, lado a lado, no cotidiano da pesquisa de campo, e intercambiar percepções e reflexões que têm sido extremamente enriquecedoras.

8. Fruto de um descontentamento por parte de algumas jornalistas com as tendências da imprensa gaúcha, o *Boca de Rua* foi criado em 2000, dois anos após a fundação, por parte daqueles jornalistas, da Organização Não Governamental para Informação, Cidadania e Educação (ALICE). Essa organização teve, desde o início, o objetivo de desenvolver projetos tanto voltados para as questões sociais quanto vinculados à discussão sobre ética e democratização da imprensa no Brasil (JAENISCH, 2007). O *Boca de Rua*, um dos projetos da ALICE, se constituiu a partir de um contato dos jornalistas com um grupo de sujeitos em situação de rua que, à época, estavam estabelecidos na praça Dom Sebastião, centro de Porto Alegre. A partir dessas interações iniciais, o primeiro número do jornal foi lançado ainda em 2000, por ocasião do I Fórum Social Mundial. Desde então, o *Boca de Rua* tem o papel de dar ressonância às “vozes de uma gente invisível”, conjugando, ao longo de suas publicações trimestrais nos últimos quinze anos, denúncias de múltiplas violências, preconceitos, e positivando a humanidade e a dignidade dos que fazem das ruas um universo de vida, trabalho e vínculos afetivos.
9. Além da consolidação de uma rede institucional razoavelmente articulada em torno dos direitos da população de rua e contra a violência estatal, a força dos rumores de violência, higienização e confinamento culminou na conformação da Patrulha dos Direitos Humanos, uma ação que reuniu defensores, promotores, vereadores, advogados e agentes sociais diversos para percorrer as ruas da cidade coletando denúncias de abuso policial durante a noite em diferentes pontos de Porto Alegre. A ação ocorreu uma semana antes do Mundial, e seus desdobramentos se concretizaram na constituição de um grupo de trabalho intitulado “Moradores de rua e Segurança Pública”, articulado pela CEDECONDH, além da constituição de um comitê intersetorial com a finalidade de elaborar uma política estadual de enfrentamento à violência institucional contra a população em situação de rua, encabeçado pela Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos. No mesmo período, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) lan-

çou a “Semana de mobilização nacional em defesa das pessoas em situação de rua”, marcando a adesão do CNMP à campanha “Sou morador de rua e tenho direito a ter direitos”, lançada pelo Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos das Pessoas em Situação de Rua e Catadores, no objetivo de incentivar a atuação do Ministério Público na defesa dos direitos desses segmentos.

10. João de Deus, homem branco de aproximadamente sessenta anos, é um sujeito de fala enérgica e retórica eloquente, sobretudo quando se manifesta em nome da defesa dos direitos dos seus “companheiros de rua”. Viveu nas ruas por sete anos, sendo acolhido em abrigos e albergues onde, segundo ele, apesar de ter conhecido a fome, o frio e os perigos da rua, também teve a oportunidade de conhecer as leis ao ler livros de direito e documentos relativos às políticas públicas. Acometido pelo desemprego, mas “nunca me envolvi com drogas”, João de Deus adquiriu uma trajetória institucional tanto como usuário dos serviços socioassistenciais quanto na condição de conselheiro em conselhos de assistência social, engajando-se, posteriormente, no MNPR, do qual se tornou coordenador regional.
11. Morena de cabelo curto, magra, Rosângela parece ter não mais do que quarenta anos. É artista plástica, escritora, jornalista do *Boca de Rua* e militante do MNPR-RS. É usuária do Albergue Municipal há quatro anos, de onde retira algumas de suas principais demandas e denúncias de “violação de direitos”.

Referências bibliográficas

- DAS, Veena; POOLE, Deborah. State and its Margins. In: *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004. p. 3-33.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio De janeiro: Paz e Terra, [1976], 2014.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio De janeiro: Paz e Terra, [1979], 2014.
- GENARD, Jean-Louis. Que peut nous apprendre l’ouvrage Punishing the Poor sur la régulation de la pauvreté dans le contexte européen ? In: HILGERS, M. (Dir.). *État neoliberal et regulation de la pauvreté urbaine selon Loïc Wacquant*. Bruxelles: Université Libre de Bruxelles, 2013.
- JAENISCH, S. Vozes de uma gente invisível: o jornal *Boca de Rua* como espaço de mediação. In: FLEISCHER, S.; SCHUCH, P.; FONSECA, C. (Org.). *Antropólogos em ação: experimentos de pesquisas em direitos humanos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p.121-132.
- LONDERO, Mário Francis Petry; CECCIM, Ricardo Burg; BILIBIO, Luiz Fer-

- nando Silva. Consultório de/na rua: desafio para um cuidado em verso na saúde. *Interface* (Botucatu), Botucatu, v. 18, n. 49. 2014.
- MELO, Tomás. Memória, trauma e sofrimento: a construção de uma identidade militante no Movimento Nacional de População de Rua. *Anais da X Reunião de Antropologia do Mercosul*, GT 23, Córdoba, Argentina, 2013.
- MAHMOOD, Saba. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. *Etnográfica*, Lisboa, v. 10, n. 1, CRIA. 2006.
- ONG, Aihwa. *Buda is Hiding: refuges, citizenship and the new America*. Berkeley: University of California Press, 2003.
- ORTNER, Sherry. Resistance and the Problem of Ethnographic Refusal. *Comparative Studies in Society and History* 37(1), p. 173-193. 1995.
- _____. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, M. P., ECKERT, C.; FRY, P. (Org.). *Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Blumenau: Nova Letra, 2007.
- _____. Subjetividade e crítica cultural. *Horizontes Antropológicos*, v. 13, n. 28, p.375-405, jul./dez. 2007.
- SCHUCH, Patrice, et al. População em Situação de Rua em Porto Alegre: especificidades sócio-antropológicas. In: GEHLEN, I.; SILVA, M.; SANTOS, S. (Orgs.). *Diversidade e Proteção Social: estudos quanti-qualitativos das populações de afrobrasileiros, coletivos indígenas, crianças, adolescentes e adultos em situação de rua e remanescentes de quilombos*. Porto Alegre: Century, 2008, v. 1, p. 31-70.

autor **Tiago Lemões**

Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com estágio sanduíche na Université Paris 8, Vincennes Saint-Denis, sob orientação de Patrick Gaboriau. Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas. Licenciado em História pela mesma universidade.

Recebido em 15/05/2015

Aceito para publicação em x/x/2016